

**O “Debate Retórico” nas Ciências Econômicas e algumas possíveis interseções metodológicas com a História dos Intelectuais**

Daniel de Pinho Barreiros\*

O objetivo deste artigo é analisar algumas das principais idéias apresentadas no debate epistemológico ligado aos estudos da retórica na economia, defendendo que algumas das controvérsias e conclusões alcançadas neste campo do conhecimento são de particular importância para o estudo da história social do pensamento econômico, bem como da história da intelectualidade econômica. Ainda, o artigo busca avaliar as limitações da análise retórica quando aplicada aos estudos históricos, sugerindo alguns possíveis meios de superar estes limites.

**Palavras-chave:** idéias, intelectuais, retórica, pensamento econômico

The aim of this article is to analyse some of the principal ideas presented in the epistemological debate concerning the rhetorics of economics, as some of the controversies and conclusions in this field of knowledge are particularly important to the study of the social history of the economic thought, as well as to the history of the economic *intelligentsia*. Furthermore, the article tries to evaluate the limitations of the rhetorical analysis when applied to the historical studies, suggesting some possible means to overcome these limits.

**Keywords:** ideas, intellectuals, rhetorics, economic thought

Pertence aos anos 1980 a formulação de uma polêmica revisão metodológica no campo da ciência econômica, que se convencionou chamar de “projeto retórico”. Seus dois pioneiros são os economistas D.N. McCloskey e Pérsio Arida, que publicaram no mesmo ano (1983) dois artigos, intitulados “The Rhetorics of Economics” e “História do Pensamento

---

\* Prof. Adjunto Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Econômico como Teoria e Retórica”, respectivamente. Ambos os trabalhos, ainda que elaborados isoladamente e sem que seus autores tivessem o conhecimento do esforço mútuo, acabaram tendo por resultado uma proposta metodológica convergente na maioria de seus aspectos. Os artigos de Arida e McCloskey, bem como os trabalhos subseqüentes neste campo, constituíram-se em um forte ataque ao objetivismo hegemônico em Economia, talvez a última das ciências sociais marcada intensamente por este padrão epistemológico.

Arida defendeu que nenhuma controvérsia fundamental no campo da teoria econômica, desde a sua fundação em moldes científicos até o presente em que escrevia, fora resolvida através da mensuração empírica, e portanto, por intermédio de critérios positivos<sup>1</sup>. A idéia de que o sistema econômico seria um objeto capaz de ser isolado e observado positivisticamente, e passível, portanto, da análise desinteressada de um cientista completamente neutro, seria a grande ficção reinante no universo conceitual da ciência econômica, especialmente neo-clássica. Assim sendo, a resolução de controvérsias no campo da ciência econômica ocorreria não pela deslegitimação positiva de uma determinada tese – entenda-se, a comprovação de que uma determinada idéia é falsa, que não corresponde à “realidade objetiva” – em função dos ataques de outra, “cientificamente” superior, mas sim devido ao fato de que a tese vencedora do debate – assumida, portanto, como hegemonicamente verdadeira – teve maior poder de convencimento sobre o público-alvo. Para Arida, controvérsias se resolvem por meio da retórica, e nelas, vence aquele quem tem o maior poder de convencer sua platéia e o oponente, aquele que torna suas idéias mais plausíveis e aceitáveis, todo aquele, então, capaz de gerar consenso<sup>2</sup>.

A importância da Retórica na construção da verdade científica é contraposta aos modelos de aprendizado da teoria econômica vigentes, sistematizados pelo autor como *hard science* e *soft science*. O modelo *hard science*, originado no pós-Segunda Guerra, conceberia o estudo da ciência econômica através da noção de “fronteira do conhecimento”, tomada de empréstimo das ciências ditas exatas. Nele, o pesquisador assumiria ser desnecessário o estudo de teorias e concepções “superadas” por outras mais recentes, uma vez que acredita que todas as contribuições relevantes provenientes do passado já estariam incorporadas ao estado das artes da ciência<sup>3</sup>. O instrumental e os objetos pertinentes à investigação científica seriam unicamente aqueles hegemônicos no tempo presente, sendo a história do pensamento econômico mero amontoado de curiosidades intelectuais. Neste modelo, todas as formulações do “passado” (entenda-se, de períodos anteriores aos últimos 6 ou 10 anos do momento em que reflete o pesquisador) são julgadas como “antecipações” (quando reafirmam, mesmo sem

este propósito, aspectos do paradigma hegemônico contemporâneo) ou “erros” (quando dele discrepam)<sup>4</sup>.

Já o modelo *soft science* não reconhecera a noção de “fronteira do conhecimento”. Nele, o pesquisador assumiria o caráter problemático da contraposição frontal de diferentes matrizes da teoria econômica (clássica, marxista, keynesiana, neoclássica, etc.) uma vez que cada uma delas estrutura visões abrangentes de mundo a ponto de se tornarem incontrastáveis. Além disso, as matrizes teóricas não seriam expressões diferentes de um mesmo mundo objetivo, uma vez que, segundo o modelo, o mundo somente pode ser concebido como representação e interpretação<sup>5</sup>. Em função disso, o vigor de uma obra jamais seria “transmitido” através das revisões posteriores que lhe fossem feitas, como pressupõe a noção de “fronteira”. Nenhuma obra baseada em uma primeira seria capaz de incorporar-lhe com plenitude. Assim sendo, restaria ao pesquisador tão somente dedicar-se ao estudo da história do pensamento econômico pela leitura das obras clássicas em seu formato original, buscando *insights* em cada uma delas, visto que não as concebe como conflitantes, mas como contribuições paralelas.

É sobre a crítica aos dois modelos que Arida constrói sua proposta interpretativa. Contra o *hard science*, a própria deslegitimação da superação positiva como caminho único de resolução de controvérsias, fundamento básico da “abordagem retórica”, consiste no mais incisivo argumento. E para fortalecê-lo ainda mais, investiga brevemente o nascimento do programa de pesquisa neoclássico (no qual a visão *hard science* é preponderante) sugerindo que sua hegemonia acadêmica não se deveu, em nenhum momento, à superioridade positiva de seus pressupostos (ou seja, comprovável irrefutavelmente pelo cálculo matemático), mas à sua superioridade como programa de pesquisa. As armas retóricas utilizadas pelos neoclássicos teriam sido a maior generalidade e a maior capacidade de subsumir as proposições do adversário nos próprios termos neo-clássicos<sup>6</sup>.

Já contra o modelo *soft science*, Arida argumenta que a fusão entre teoria e história do pensamento é im procedente. Nele a historicidade do pensamento, a alteridade do passado, estaria completamente dissolvida na medida em que os textos e matrizes teóricas são desconexos, incontrastáveis e a-históricos; é sob a luz das preocupações vigentes que o pesquisador busca respostas na história do pensamento econômico, vista como um armazém de interpretações atemporal<sup>7</sup>. Rejeitando, portanto, ambos os modelos, Arida conclui que a história do pensamento econômico deve ser abordada como um estudo de caso aplicado da Retórica na ciência: ou seja, deve-se visitar os clássicos de modo a compreender-se como,

retoricamente, as controvérsias foram resolvidas, buscando com este conhecimento uma compreensão mais adequada da resolução de controvérsias na ciência econômica do presente.

McCloskey, assim como Arida, também defendeu a idéia de que as controvérsias em Economia são resolvidas em nível retórico, e não analítico. Em linhas gerais, a argumentação de McCloskey repousa na idéia de que os economistas enquanto cientistas não seguem as leis de investigação estabelecidas formalmente pela metodologia de sua ciência. Sua retórica de trabalho, ou modo como expõem seus pontos de vista e argumentam em torno de desafios concretos, divergiria radicalmente da retórica oficial da ciência econômica. Se a Economia como ciência está baseada em princípios falsificacionistas, nos quais a verdade é estabelecida por meio exclusivo do uso de evidências objetivas, racionais e quantificáveis, os economistas em seu trabalho diário fariam vistas grossas para este fato, utilizando-se da metáfora, das figuras de linguagem, de precedentes históricos, do poder da autoridade, da simetria do argumento e de princípios morais, dos quais derivariam conclusões com caráter de verdade. Assim, defende McCloskey, a Economia jamais funcionaria (nem funcionará) respeitando os princípios positivistas que estão inscritos em sua metodologia formal, visto ser o objeto da ciência econômica ontologicamente diferente do objeto da física ou da matemática, por exemplo, impassível, portanto de uma análise nos termos do objetivismo. Seria uma atitude honesta dos economistas reconhecer que as formas de estabelecimento da verdade praticadas por eles no dia-a-dia não guardam relação com a “ilusão cartesiana” que fundamenta a ciência econômica, e que, assim, deveriam dar mais valor aos princípios retóricos que utilizam para este objetivo, pondo fim à contradição entre teoria e prática no âmbito da Economia<sup>8</sup>.

McCloskey defende, desta forma, uma concepção pragmática de verdade no âmbito da ciência econômica, fundamentada não na “validade” de dados objetivos, mas sim, no poder de persuasão desfrutado por um dado programa de pesquisa em detrimento de outros, exercido por meio da retórica. Seria a retórica a arte de compreender, dominar e utilizar de modo instrumental tudo aquilo que uma platéia pensa ser aquilo que deveria pensar a respeito de um assunto, e não provar o que é verdade de acordo com métodos abstratos e “comprovações” factuais. A retórica para McCloskey é a arte de descobrir explicações razoáveis para os fatos, explicações mais abrangentes e lógicas do que aquelas que lhe são contrapostas, a ponto de exercer tamanha capacidade persuasiva que gere consenso. Seria a busca do meio termo entre diversas possibilidades plausíveis, resultando em uma explicação parcialmente insegura, mas mais sólida do que aquelas que teriam sido alcançadas por meio de pensamentos impulsivos ou oriundos do não-diálogo. Retórica seria a condução do diálogo, da “conversa civilizada”, a rejeição de argumentos de autoridade e idéias pré-concebidas, e o engajamento em uma

investigação mútua, que resultaria em um produto ótimo, o melhor possível dentro dos limites reais impostos ao processo de construção da verdade <sup>9</sup>.

A retórica oficial da ciência econômica declararia os economistas como cientistas no sentido “moderno”, ou seja, herdeiros do “dogmatismo” cartesiano. Assim sendo, a ação intelectual do economista se moveria na direção da busca pelo indubitável, sendo esta a única condição capaz de conferir a um objeto o estatuto de verdadeiro. Predição e controle baseados em fatos observáveis e em experimentos reproduzíveis seriam os objetivos principais da Economia. O raciocínio falsificacionista (diria Arida, os princípios da *hard science*) presente na ciência econômica estabeleceria que tão logo um determinado experimento comprovasse a falsidade de uma teoria, ela poderia ser considerada falsa e superável. Observações “subjetivas”, ou seja, privadas de comprovação empírica, não seriam parte integrante da praxe científica; fatores metafísicos, ideológicos ou não-expressos em números seriam, quando muito, admitidos para a composição de hipóteses, mas nunca em sua justificativa. Os cientistas econômicos, assim, teriam muito pouco a acrescentar a respeito de valores, de moral e ética. A “superação positiva” de que nos falam McCloskey e Arida, desta forma, definiria os avanços científicos na Economia com base integralmente na noção de “fronteira do conhecimento” <sup>10</sup>.

Ocorre, contudo, que a retórica “oficial” da ciência econômica seria claramente discrepante em relação à retórica prática ou operacional. McCloskey afirma que, a começar pelo próprio paradigma moderno, sua influência não estaria fundada em um exame empírico e minucioso de suas premissas, mas sim pelo caráter de “religião revelada”. O “modernismo” prometeria conhecimento livre de dúvidas, fossem elas metafísicas ou morais, mas tudo o que seria capaz de oferecer seriam as convicções metafísicas do cientista sob a roupagem de “método científico”. Toda a hostilidade demonstrada pelos economistas “tradicionais” contra a metafísica seria ela própria metafísica, e não fruto da análise e da irrefutabilidade de um corpo de dados factuais. Isto porque o falsificacionismo, ou seja, a idéia de superação positiva, não seria plausível na medida em que uma determinada hipótese H depende, para sua validade, da veracidade de infinitas hipóteses ancilares H1, H2, H3, H4.....Hn. Desta forma, a hipótese principal H estaria completamente privada da capacidade real de teste porque: a) não é possível saber quais são todas as hipóteses ancilares que condicionam uma hipótese central; b) a falsidade ao menos de uma hipótese ancilar privaria de verdade uma hipótese central. Assim, há sempre uma hipótese “esquecida” que pode ser tomada para alterar todo um resultado falsificacionista, levando McCloskey a indicar que o conhecimento, se buscado nos termos da retórica oficial da Economia, não seria possível, principalmente se voltado para a

predição, no qual sequer o valor real das variáveis é conhecido. Assim, se o método modernista – presente na retórica oficial da Economia – fosse aplicado verdadeiramente, já teria obstado todo e qualquer avanço na ciência econômica <sup>11</sup>.

Estes avanços ocorreram, segundo McCloskey, não através de argumentos empiricamente mensurados, mas por meio de formulações retóricas com grande poder de persuasão. Os fundamentos do keynesianismo somente foram estatisticamente “comprovados” na década de 1950, momento este em que a maior parte dos keynesianos já estaria convencida de sua verdade há pelo menos uma década. Esta seria uma questão desconsiderada pelos economistas, contudo. Ao concordarem ou discordarem, os economistas lançariam mão de sua retórica pragmática, mas afirmariam estar baseados na “teoria”. Por toda literatura econômica seriam encontradas premissas não-argumentativas de peso basilar, truques de estilo mascarando argumentos racionais.

E mesmo no uso da estatística, o estabelecimento de parâmetros de análise ocorreria não por caminhos objetivos, mas de forma argumentativa, o que levaria sempre à pergunta “o quão próxima de um dado valor deve estar uma variável para que seja tomada por verdadeira?”. O controle do método matemático pelos economistas, além de condicionado pelo estabelecimento de parâmetros de forma argumentativa, funcionaria como demonstração de poder e evidência de virtude, importantes armas retóricas para o convencimento e criação, portanto, de “verdade”. O apelo à autoridade seria o pior tipo de retórica possível, contudo o mais utilizado pelos economistas, visto ser impossível, em um debate real, comprovar todos os argumentos utilizados a todo o tempo. Afirmativas seriam “afrouxadas” retoricamente sempre que a falta de conclusões empíricas aparecesse, através do uso de palavras e verbos que deixam implícita uma margem de incerteza de modo a não comprometer seu formulador. Além disso, McCloskey aponta a utilização de modelos que chama de “economia de brinquedo” (toy economics), nos quais se assume a existência de dois setores econômicos, e de sua interação abstrata se retiraria conclusões práticas para o mundo real. O emprego do discurso metafórico apareceria, assim, como principal arma retórica nas mãos dos economistas (tais como no uso dos conceitos de “liquidez”, “circulação”, “aquecimento inflacionário”, etc), e o apelo modernista para a remoção de metáforas com o fim de “revelar” a verdade oculta seria, ele próprio, metafórico. Enfim, a verdade em Economia não seria, e nunca teria sido, fruto da análise objetiva, e o reconhecimento por parte dos economistas do poder de persuasão de suas idéias e do modo pelo qual as tornam “verdadeiras” seria fundamental para a construção de uma ciência em novos moldes <sup>12</sup>.

A provocação de McCloskey e Arida rende anualmente, desde sua elaboração, uma tonelagem avultada de artigos críticos, e a resolução desta “controvérsia” – através da retórica ou da análise objetivista, como preferirem – ainda não parece estar próxima de um desfecho. A possibilidade ou não de conhecimento objetivo – “modernista” – na ciência econômica é, todavia, uma polêmica que pertence aos economistas e filósofos da ciência, ainda que seu resultado venha a interferir colateralmente nas conclusões e objetivos que busca a história social do pensamento econômico. A análise retórica oferece importantes ferramentas para a reflexão sobre o pensamento econômico como objeto da História, e dos intelectuais ligados à Economia como agentes sociais, e especialmente alguns dos desenvolvimentos recentes da controvérsia fornecem uma base auxiliar para a reflexão histórica.

A abordagem retórica tem grande valor por depositar na interação social entre os intelectuais uma das chaves para a compreensão do processo de construção de “verdades” nas sociedades contemporâneas, deslocando concepções abstratas ou mesmo idealistas a respeito da predominância das idéias, e de seu conteúdo de veracidade. Tal perspectiva converge com a presente visão a respeito dos intelectuais enquanto grupo funcional, de suas relações internas verticalizadas e do papel da elite intelectual neste contexto. Entendemos, desta forma, que é através do exercício retórico que os intelectuais atuam funcionalmente<sup>13</sup>; é por meio da persuasão, do uso de instrumentos de convencimento de uma determinada platéia, que logram – ou não – cumprir com sucesso o papel que os define enquanto grupo. Está contido na natureza de todos os instrumentos utilizados pelos intelectuais para o cumprimento de sua função (mídia, ensino, publicações, etc) uma evidente dimensão comunicativa, que exige portanto capacidades de convencimento satisfatórias por parte daqueles que os utilizam para a difusão de idéias, a fim de que tenham efetividade.

Além da abordagem retórica, portanto, contribuir para a reflexão no âmbito da história social do pensamento econômico, algumas arestas deixadas por Arida e McCloskey, e as soluções propostas para elas, são igualmente de particular importância. Supostos excessos de anti-objetivismo foram denunciados por alguns autores, e uma postura mais branda em relação à possibilidade de (alguma) verdade baseada em fatos foi advogada por eles, com uma finalidade implícita de preservar a Economia no *hall* do que concebem como “ciência”. Leda Paulani, a respeito da análise mccloskeyiana, afirmou que a utilização notória de instrumentos retóricos por parte da comunidade de economistas em seu exercício intelectual não exclui o fato destes utilizarem, com sucesso, todo o seu aparato modernista, seguindo o que estabelece a metodologia formal. Defendendo a possibilidade de conhecimento objetivo possível, Paulani propôs a idéia de que o escopo de atuação da retórica estaria circunscrito a convencer

a partir de idéias construídas por critérios objetivistas. O falsificacionismo não estaria em colapso, visto que os economistas não estariam dele convencidos, nem tampouco demonstrariam o abandono de suas prévias metodologias. Preocupada com uma eventual aproximação entre a ciência econômica e os parâmetros da praxe jurídica – o que foi indicado por Arida –, afirmou que se para a segunda importa menos a verdade (objetiva) que a persuasão, uma ciência tal como a Economia, definida em virtude de sua busca pelo fato, jamais poderia estar fundada na arte de convencer em detrimento do ofício de descobrir<sup>14</sup>.

Paulani define as proposições de McCloskey como “idéias sem lugar”. Ao enfatizar o discurso e ao equiparar a economia à literatura, bem como as metáforas ao significado, McCloskey seria um pós-moderno, mas não em uma vertente conservadora, que abdica do horizonte emancipador da modernidade (próprio do projeto iluminista) em prol tão somente de uma “razão instrumental”, que persiste em defender a separação entre fatos e valores, entre Verdade e opinião. McCloskey estaria mais próximo de um pós-modernismo “anárquico”, ainda que se afastasse dele ao persistir em ser um defensor da razão, expressa por meio do diálogo retórico que permite desenvolver controvérsias que expõem valores, crenças e convicções morais dos economistas, procedimento este que seria mais racional do que a insistência na ilusão da aplicabilidade prática do racionalismo cartesiano. A “boa saúde” da Economia enquanto ciência estaria garantida, justamente, pelo fato de não se concretizar na prática através do “modernismo”<sup>15</sup>.

Pondera a inserção de McCloskey na tradição habermasiana na medida em que este defende a retórica e a construção do saber como um convite à “conversa civilizada”, dotada de uma concepção de razão entendida como o produto do diálogo entre interlocutores “ilustrados” e orientados por regras, disciplina e normas de civilidade que permitiriam uma conversação sincera e voltada tão somente para a busca de uma conclusão mais racional e consensual possível. A verdade surgiria, assim, através da legitimação conferida por um fórum intersubjetivo, por meio do consenso obtido pelo diálogo. Paulani, contudo, alega que McCloskey infringiria o princípio mais elementar da “conversa civilizada” proposto por Habermas ao definir a retórica não como busca da verdade em si, mas como a arte de persuadir e obter o convencimento por todos os meios argumentativos necessários, o que não conformaria um ato “civilizado”, desinteressado, em busca da verdade. Assim, as idéias de McCloskey estariam deslocadas das principais correntes do debate intelectual<sup>16</sup>.

José Márcio Rego e Ramón Fernández buscaram os pontos frágeis na argumentação de Paulani e, em linhas gerais, saíram em defesa da propriedade do projeto retórico. Rego afirma que Paulani erra ao associar McCloskey ao desconstrutivismo, quando deveria ter percebido a



associação entre o pensamento mccloskeyiano e o pragmatismo norte-americano de Richard Rorty. Segundo uma concepção pragmática de verdade, esta surgiria por meio do consenso, sendo um juízo verdadeiro aquele aceito no interior de uma “comunidade de comunicação”. A identificação entre ciência e “busca pela verdade”, e a condenação de Rorty e McCloskey como “inimigos da razão” seriam absolutamente impróprias. A verdade pragmática mccloskeyiana seria aquela que privilegiaria uma “retórica de mudança” antes de uma “retórica da verdade”, valorizando assim o pluralismo, a transformação de pontos de vista e uma vivência mais dinâmica e democrática <sup>17</sup>. Assim como Arida, McCloskey igualmente expressaria afiliação aos princípios de Thomas Kuhn ligados à transformação dos paradigmas científicos, que ao não se afirmarem pela demonstração objetiva ou pela prova, não expressando portanto uma relação total com os fatos, e sim uma identificação relativa, teriam no emprego bem sucedido da retórica um fator explicativo fundamental para sua afirmação ou ruptura <sup>18</sup>.

Fernández discorda da equiparação, feita por Paulani, entre “retórica” e “artimanha”, afirmando que mesmo na praxe jurídica princípios normativos estariam presentes no sentido de condenar o uso da “arte do convencimento” de uma forma autotélica, ou seja, como um fim em si, desconsiderando questões de ordem moral e ética. McCloskey estaria claramente posicionado no campo do protesto contra o exclusivismo do raciocínio formal cartesiano, não sendo por isso um irracionalista. Sua defesa de uma concepção pragmática de verdade orientaria os economistas a debater dentro dos princípios da “conversa civilizada”, e nunca a escamotear e mentir em busca da vitória em uma controvérsia <sup>19</sup>.

Neste embate, ambos os lados demonstram pontos frágeis, que abrem importantes perspectivas para pensarmos a relação entre os intelectuais e a construção do conhecimento. Concentremo-nos, primeiramente, na crítica de Arida aos dois modelos de estudo da ciência econômica. Tratando do modelo *hard science*, ao afirmar que a Retórica é o elemento-chave na construção da Verdade em economia (e não a “superação positiva”), e que portanto, é o poder de convencimento de uma teoria que determina sua validade, Arida descuida do essencial: afinal, o que faz uma platéia ser convencida por uma idéia, e não por outra? Tomando como exemplo o programa neoclássico, afirma que é a superioridade, enquanto programa de pesquisa coerente, e a atenção a normas de retórica aceitas coletivamente, que permitiriam sua hegemonia. Isso não explica porque um programa de pesquisa é considerado “superior” num momento, e mais adiante, sem ter sofrido quaisquer mudanças, é acusado de “inferior” diante de outro <sup>20</sup>. As origens sociais da aceitação ou da rejeição desta ou daquela tese continuam obscuras. Em relação ao *soft science*, é plenamente procedente a crítica de que

nele a historicidade do pensamento econômico desaparece; no entanto, a afirmação de que a importância do estudo da história do pensamento econômico concentra-se na sua condição de instrumento de verificação da Retórica como chave na resolução de controvérsias é insuficiente.

Qual seria, portanto, a relação entre a teoria econômica e o seu objeto (a economia enquanto fenômeno social)? É preciso descartar-se, por um lado, a idéia de que a teoria é descrição fiel da realidade com base no olhar “desinteressado” do cientista, e por outro, o exagero no caráter normativo do pensamento econômico. A teoria e o pensamento econômico não são os demiurgos da estrutura sócio-econômica real; ocorre entre estas duas instâncias um processo complexo no qual a realidade concreta fornece as condições socio-históricas que permitem a legitimação de determinada teoria como portadora da “verdade”, ao mesmo tempo em que a teoria é instrumentalizada pelos intelectuais que sistematizam e produzem o conhecimento, que preencherá ou não as expectativas concretas de determinados grupos sociais. Depositar na qualidade retórica do discurso do cientista a explicação da aceitação de uma determinada tese significa aceitar que: a) o intelectual é o único responsável pela determinação da agenda econômica; b) a sociedade é passiva diante da determinação desta mesma agenda e; c) os interesses dos vários grupos sociais são elemento secundário nas disputas acadêmicas <sup>21</sup>.

A idéia de “conversação civilizada” pode ser questionada com base no estudo das controvérsias na história do pensamento econômico, onde abundam exemplos da luta desenfreada pela legitimidade de um programa de pesquisa em detrimento de outro através do uso de um vasto arsenal de recursos retóricos considerados necessários para este fim, sejam eles adequados à civilidade esperada de homens “ilustrados” ou não. Neste aspecto, a busca pela verdade pragmática como uma missão, tal como interpretado por Rego e Fernández a respeito de McCloskey e Arida, parece guardar pouca relação com a experiência histórica acumulada. Isso não significa dizer que a ciência econômica esteja totalmente desligada dos fatos concretos, em prol tão somente da defesa autotélica do discurso retórico. Se por um lado a “sinceridade” do intelectual em busca da verdade e seu compromisso com as “regras civilizadas” são questionáveis, por outro, as idéias – tal como os intelectuais – exercem uma função social, e esta função está relacionada diretamente à expectativas concretas de grupos sociais variados – entre eles, os próprios intelectuais em suas relações verticalizadas intra-grupo. Desta forma, por menor compromisso ético que guardem os intelectuais em relação à “conversa civilizada”, eles continuam tratando de problemas concretos, cujas soluções oferecidas devem ser capazes de ser instrumentalizadas por este ou aquele grupo

“consumidor” do output intelectual, e nesta condição, devem corresponder satisfatoriamente à realidade concreta, sob pena de não serem “úteis”, e portanto não desfrutarem da legitimidade que permite sua propagação e viabiliza o próprio exercício funcional dos intelectuais.

Eleutério Prado corrobora com esta idéia, afirmando que, em bases construtivistas, ainda que o objeto da ciência econômica seja uma construção intelectual de um determinado tempo, seguindo os condicionantes impostos intelectualmente àqueles que a pensam, ainda assim há correspondência entre objeto e teoria, visto que as concepções científicas devem ser minimamente adequadas à realidade imediata em termos empíricos. Isto porque a tarefa da economia consistiria de construir teorias e modelos adequados para proporcionar descrições úteis, ainda que inexatas, daquilo que é observável, e uma teoria se afirmaria quando capaz de tornar o real compreensível, organizando assim a experiência dos agentes sociais. Se uma determinada teoria não é capaz, ainda que não expresse uma verdade absoluta, de orientar a ação social dos grupos em interação na sociedade, em função de seu descolamento diante da realidade concreta, ela é posta em dúvida por estes mesmos grupos sociais, e sua legitimidade é abalada. Uma teoria que “funciona”, acrescenta-se, não é aquela que expressa uma relação inequívoca com o real, mas sim toda aquela capaz de oferecer uma pauta de ação social que traga resultados concretos<sup>22</sup>.

McCloskey, em *Rhetorics of Economics*, violaria todos os princípios da conversação civilizada. Utilizaria de linguagem de convicção, de proposições que não são apresentadas como conjecturas abertas à exploração, e sim como verdades incontestes, além de utilizar amplamente de argumentos de autoridade, bem como de lançar mão da repetição insistente de seu argumento principal ao longo do texto, o que se assemelharia aos princípios de sloganização, próprios do marketing comercial<sup>23</sup>. Desta forma, um dos textos seminais do “projeto retórico” demonstraria, sobretudo, que a retórica na Economia não repousa necessariamente na *sprachethik* habermasiana, na interação entre interlocutores interessados na construção de uma verdade relativa por meio do diálogo, e em muitos casos daria margem à tentativa de exercício de poder por meio da palavra e da autoridade intelectual. A maneira pela qual McCloskey busca denunciar a presença do “modernismo” na ciência econômica, além de romper em muitos pontos com a prática da “boa conversa” através do uso da “força”, não abre mão da utilização preponderante de evidências “modernistas”. Em outras palavras, o instrumento utilizado pelo pensamento mccloskeyiano para criticar o “modernismo” repousa em maior parte no levantamento de fatos concretos e evidências observáveis na história do pensamento econômico, o que não escapa ao próprio método “modernista” de conceber a verdade. A princípio não há qualquer problema nisto, haja visto que McCloskey não

pretendeu, em nenhum momento, deslegitimar por completo a utilização de fatos e dados empíricos na construção da verdade, e sim, condenar o caráter absoluto conferido à mesma pelo positivismo. Entretanto, ao utilizar abusivamente argumentos de autoridade e qualificar textualmente o “modernismo” como “falso”, McCloskey estaria ali atestando para o “projeto retórico” um caráter de verdade incontestável, desprivilegiando a própria possibilidade de diálogo entre esta tradição e o “modernismo”. Se não há uma “verdade absoluta”, todo discurso é possível e deve ser convidado ao engajamento em uma “conversa civilizada”. Todavia, no pensamento de McCloskey, o positivismo não desfruta desta sorte<sup>24</sup>.

Como já indicamos em relação ao pensamento de Arida, também em McCloskey fica a dúvida a respeito do processo pelo qual uma teoria é aceita ou não por um determinado público, tendo como ponto de vista a própria platéia. Ambos vêem no intelectual capacidades de exercício de poder acima de qualquer despotismo concretamente viável, haja visto que a aceitação de uma idéia passa exclusivamente pelas capacidades particulares do pensador de convencer, assumindo portanto que os receptores da idéia são completamente inertes e vítimas da ação retórica. O exercício do poder é uma via de mão dupla, e não se pode esperar que qualquer ação de comando seja duradoura sem, ao menos, a anuência daqueles que lhe são objeto. A autoridade se torna mais perene quanto mais flexível aos ajustes demandados pelos que lhe estão sujeitados. Assim, concordando com Dante Aldrighi e Cleofas Salviano, é indispensável se levar em consideração que, para além das capacidades de persuasão do orador, as crenças e inclinações do auditório são um fator da mesma importância para a aceitação ou não de uma determinada idéia<sup>25</sup>. São suas expectativas, interesses concretos, ideologias e visões de mundo que incidem sobre a possibilidade de uma idéia se tornar hegemônica ou não, e as capacidades de um orador só podem ter sucesso se existe ali uma platéia propensa a aceitar seu padrão retórico.

E aí surge outro problema, que consiste em definir o que seria a “comunidade de economistas” de que falam Arida e McCloskey, e com ela, se existiria concretamente uma entidade social massificada chamada “platéia”. A existência de uma comunidade de economistas capaz de compartilhar conhecimentos e visões de mundo com base em um código comum parte de premissas infundadas<sup>26</sup>. Um dos pressupostos, portanto, da “conversa civilizada”, ou seja, a existência de um código de ética e conduta comum a todos os economistas, não encontra respaldo concreto. Segundo Aldrighi e Salviani, o observável seria a existência histórica de uma gama de grupos acadêmicos com poucas trocas intelectuais entre si, cindidos em suas diferenças ideológicas e teóricas, detentores de padrões retóricos diferenciados, que quando contrastados, resultariam ocasionalmente em uma falha de

comunicação. A adesão a um ou outro grupo não dar-se-ia por uma escolha racional, proveniente da seleção entre vários programas de pesquisa possíveis, e sim está depositada na formação acadêmica do cientista<sup>27</sup>.

De fato, especialmente entre as elites intelectuais, as “diferenças ideológicas e teóricas” constituem elas próprias os “princípios fundamentais” que dão unidade e legitimidade ao sub-grupo. Uma elite intelectual fortalece sua identidade e coesão não através da busca de uma “síntese civilizada” entre suas idéias e outras que lhe são contrapostas, e sim, pela defesa aguerrida de seus próprios princípios em detrimento dos de outras elites intelectuais. Isto não significa dizer, contudo, que uma elite intelectual possa, por definição, ignorar os princípios que fundamentam outras elites, visto que uma das armas retóricas comumente utilizadas é o emprego das categorias de uma elite oponente contra ela própria, além da característica já destacada de serem guardiãs do depósito intelectual de uma sociedade. De fato, a comunicação entre as elites, entendida aí como possibilidade de uma síntese teórica e ideológica com impacto amplo no universo intelectual em um dado tempo e espaço, é rara. A aceitação da “conversa civilizada”, que toma como base idéias diferentes defendidas por intelectuais opostos, transformadas em uma nova idéia sintética a partir de um processo racional, e que venha a desfrutar de consenso entre ambos os oponentes, contrapõe-se à prática das elites intelectuais na História.

Os momentos em que uma síntese deste tipo – ou algo próximo disto – foi possível e realmente implementada, coincidiu com processos maiores de recomposição de elites, nos quais membros de uma elite em decadência buscaram refundar seus “princípios fundamentais” socialmente deslegitimados com base em novas idéias, não raras vezes presentes em “princípios fundamentais” de outras elites. Este seria o caso, por exemplo, de uma elite recém-formada que rejeita algumas idéias outrora defendidas pelos seus membros, preserva determinadas idéias antigas, e incorpora princípios de outras elites, promovendo assim uma síntese que resulta em princípios fundamentais distintos daqueles que foram deslegitimados, mas suficientemente particulares a ponto de promoverem identidade e unidade a ela. De qualquer forma, a idéia da “conversa civilizada” teria como pressuposto que ambos os lados “em diálogo” fossem transformados ao fim do processo, não sendo este o caso para a situação descrita. Se uma elite recém-formada B, que dialoga com uma elite consolidada A, incorpora as idéias AX1, AX2, AX3...AXn no seu quadro de idéias já compostas por BX1, BX2, BX3...BXn e nele promove uma síntese coerente, isto não significa dizer que a elite A fará o mesmo, rejeitando as idéias AX que foram desconsideradas por B, e aceitando as idéias BX preservadas por B, promovendo internamente a mesma síntese

realizada pela elite B. Pode haver “diálogo”, mas os resultados sintéticos via de regra só se aplicam em larga escala aos princípios fundamentais de um dos lados, usualmente o mais fraco em termos de legitimidade intelectual naquele dado momento.

Não acreditamos, desta forma, que as controvérsias sejam solúveis, e nem que esta seja uma preocupação relevante no âmbito da história social do pensamento econômico. Diante do fato de projetos de pesquisa estarem em choque constante, e perante a inexistência da comunidade de economistas pensada por Arida e McCloskey, a superação de idéias, seja através dos princípios do falsificacionismo popperiano ou da retórica, não é um conceito aplicável. A aceitação de que determinados projetos de pesquisa são submetidos ao crivo do “teste” (retórico ou objetivista, não importa) e que de seu resultado emerge um projeto “vitorioso” e um “derrotado”, pressupõe que entendamos os economistas como uma única categoria coesa, com canais efetivos de ligação e comunicação entre si, de modo que nos permita afirmar que uma idéia “vencedora” venceu para toda a comunidade, e portanto, tornou-se verdadeira para um conjunto de intelectuais. As “superações” de que falam Arida e McCloskey significariam que uma determinada idéia foi provada “verdadeira” por meio de sua capacidade de convencimento (considerando também sua relação com fatos concretos, como afirmamos), e outras foram provadas “falsas” por não serem capazes de persuadir. Mas afinal, o que significa dizer, nestes termos, que uma idéia é verdadeira?

O que Arida e McCloskey não afirmam é que a idéia “retoricamente verdadeira”, tal como concebem, coincide com toda aquela defendida pela elite intelectual que exerce mais ampla influência sobre grupos sociais que desfrutam de maior capacidade de decisão, que conta com maior séquito de intelectuais intermediários, e que é mais aceita como instrumentalmente útil por setores economicamente dominantes. Pelos exemplos que utilizam – o neoclassicismo superado pelo keynesianismo, e depois novamente pelo monetarismo – deixam claro, sem afirmá-lo, que a “idéia vitoriosa” no debate retórico não é aquela aceita por toda a “comunidade”, mas aquela que é legitimada pelos grupos sociais mais influentes. Se não existe uma “comunidade de economistas”, já que é irreal pensar que compartilham de um código ético e retórico comum, tampouco existe uma “platéia” entendida em sentido abstrato, que reúna horizontalmente todos aqueles que serão alvo do discurso do economista, e que comungue da aceitação de um mesmo padrão retórico. A princípio, toda idéia é retoricamente “verdadeira” e “vitoriosa” desde que aceita por um determinado grupo social, tenha defensores no âmbito da elite intelectual, e desfrute da aceitação de uma parcela qualquer de intelectuais intermediários e básicos. A “vitória retórica” só pode acontecer no interior de uma determinada comunidade formada por grupos sociais com interesses e visões de mundo

comuns, nunca em uma “comunidade” abstrata, e depende, para além das capacidades de convencimento do orador, das expectativas destes grupos específicos. Nos anos 1960-1970, por exemplo, entre intelectuais de elite cujos princípios fundamentais estivessem ligados ao pensamento econômico marxista, e entre seu séquito de intelectuais intermediários e básicos, bem como entre determinadas parcelas do movimento sindical e das organizações de base, não haveria qualquer “vitória retórica” da economia “burguesa” neoclássica ou keynesiana. O mesmo se pode dizer sobre os intelectuais de elite vinculados ao marginalismo, para quem a certeza messiânica da chegada eminente da revolução comunista pareceria ridícula, e longe de exercer qualquer poder de convencimento.

### Referências Bibliográficas

BARREIROS, Daniel. *Estabilidade e Crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2006.

\_\_\_\_\_. “Teoria Econômica como Discurso Histórico”. IN: FARIA, Fernando Antonio. *Idéias, Intelectuais e Instituições*. Rio de Janeiro, LAHSOE, 2003,

DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert E. “Alguns Princípios de Estratificação”. Trad. Luiz Antonio Machado da Silva. IN: VELHO, Otávio Guilherme et alli (org). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976,

GALA, Paulo e REGO, José Márcio (orgs). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo, Editora 34, 2003

McCLOSKEY, D. N. “The Rhetorics of Economics”. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXI, 1983

MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Maillat. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

REGO, José Márcio (org). *Retórica na Economia*. São Paulo, 34, 1996

---

<sup>1</sup> ARIDA, Pérsio. “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. IN: GALA, Paulo e REGO, José Márcio (orgs). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 33.

<sup>2</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., p. 34.

<sup>3</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., p. 16.

<sup>4</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., p. 17.

<sup>5</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., p. 19.

<sup>6</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., pp. 23-25.

<sup>7</sup> ARIDA, Pérsio. Id. Ibid., p. 28.

<sup>8</sup> McCLOSKEY, D. N. “The Rhetorics of Economics”. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXI, 1983, p. 482.

<sup>9</sup> McCLOSKEY, D. N. Id. Ibid., pp. 482-483.

<sup>10</sup> McCLOSKEY, D. N. Id. Ibid., p. 484.

<sup>11</sup> McCLOSKEY, D. N. Id. Ibid., pp. 487-488.

---

<sup>12</sup> McCLOSKEY, D. N. Id. Ibid., pp. 493-503.

<sup>13</sup> Para uma discussão do conceito de grupo funcional e de exercício funcional ver BARREIROS, Daniel. *Estabilidade e Crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2006. Ver ainda DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert E. “Alguns Princípios de Estratificação”. Trad. Luiz Antonio Machado da Silva. IN: VELHO, Otávio Guilherme et alli (org). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, e MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Maillat. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

<sup>14</sup> PAULANI, Leda Maria. “Idéias sem Lugar: sobre a Retórica da Economia de McCloskey”. IN: REGO, José Márcio (org). *Retórica na Economia*. São Paulo, 34, 1996, pp. 110-112.

<sup>15</sup> PAULANI, Leda Maria, Id. Ibid., pp. 101-107.

<sup>16</sup> PAULANI, Leda Maria. Id. Ibid., pp. 107-109.

<sup>17</sup> REGO, José Márcio. “Retórica na Economia: idéias no lugar”. IN: REGO, José Márcio. Op. Cit., pp. 136-140.

<sup>18</sup> REGO, José Márcio. “Retórica e a Crítica do Método Científico em Economia: sociologia do conhecimento versus a lógica da superação positiva”. IN: GALA, Paulo e REGO, José Márcio (orgs). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo, 34, 2003, pp. 67-72.

<sup>19</sup> FERNÁNDEZ, Ramon G. “A Retórica e a Procura da Verdade em Economia”. IN: REGO, José Márcio (org) *Retórica na Economia*. Op. Cit., pp. 150-156.

<sup>20</sup> ARIDA, Pérsio. Op. Cit., p. 22.

<sup>21</sup> Esta argumentação foi inicialmente desenvolvida em BARREIROS, Daniel de Pinho. “Teoria Econômica como Discurso Histórico”. IN: FARIA, Fernando Antonio. *Idéias, Intelectuais e Instituições*. Rio de Janeiro, LAHSONE, 2003, pp. 47-58.

<sup>22</sup> PRADO, Eleutério F.S. “A Questão da Resolução das Controvérsias em Economia”. IN: GALA, Paulo e REGO, José Márcio. Op. Cit., pp. 82-84.

<sup>23</sup> ALDRIGHI, Dante e SALVIANO Jr., Cleofas. “A Grande Arte: a retórica para McCloskey”. IN: REGO, José Márcio. Op. Cit., pp. 86-88.

<sup>24</sup> ALDRIGHI, Dante e SALVIANI Jr., Cleofas. Id. Ibid., p. 91.

<sup>25</sup> ALDRIGHI, Dante e SALVIANI Jr., Cleofas. Id. Ibid., p. 89.

<sup>26</sup> Como afirmou Eleutério Prado, as regras de retórica que seriam, em tese, aceitas por toda a “comunidade” de intelectuais não se sustentam. A “simplicidade” como valor retórico não é defendida por todos os economistas, em especial por aqueles que defendem o realismo da epistemologia, não sendo portanto um valor “universal” da “comunidade”. A “abrangência” do argumento sim seria um artifício comum, mas não pertencente ao universo da retórica, e sim da epistemologia. A “formalização” também não consiste em boa retórica para todos os economistas: a escola austríaca, os marxistas, os institucionalistas, entre outros, não acreditam que a formalização matemática seja um expediente absolutamente apropriado, alguns deles apontando inclusive que quanto mais esotérico seja o conhecimento, maiores as chances de estar mascarando princípios não-científicos ou mesmo dificuldades lógicas. Assim, além de idealizar a “comunidade” dos economistas, as regras propostas por Arida (o que se estende para McCloskey) não seriam universais, nem tampouco todas pertencentes ao domínio da retórica. PRADO, Eleutério. Op. Cit., pp. 93-100.

<sup>27</sup> ALDRIGHI, Dante e SALVIANO Jr., Cleofas. Op. Cit., p. 93.